

ÍNDIOS

# CIMI CRITICA GOVERNO

**Entidade diz que mudança na demarcação de terras fere compromisso assumido**

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acusou ontem o governo de ferir o compromisso assumido com lideranças indígenas e entidades ao introduzir o princípio do contraditório na demarcação de terras indígenas em decreto publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

Segundo nota distribuída à imprensa, o Conselho Indigenista considera o ato um ataque aos direitos constitucionais dos povos indígenas e acusa a medida de beneficiar invasores de terras.

O decreto, de acordo com o Cimi, permite, no parágrafo único do artigo 9, que o Ministério da Justiça solicite à Presidência da República a suspensão das demarcações de áreas até aqui homologadas e que ainda não possuem

registro.

A preocupação do Cimi encontra respaldo na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pública pode revogar seus atos quando abusivos ou ilegais.

De acordo com o novo decreto, se o ministro da Justiça — a quem caberá examinar e propor modificações — julgar ilegal o processo demarcatório feito pela Funai, poderá solicitar a sua suspensão.

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o presidente da Funai, Márcio Santilli, que vem de uma entidade ligada à defesa dos direitos indígenas, o Instituto Sócio-Ambiental, se recusaram a comentar o decreto. Cerca de 350 áreas indígenas que ainda não possuem registro poderão ter suas de-

marcações revistas. O anúncio de que haveria mudança no processo de demarcações levou no ano passado ao acirramento dos conflitos entre fazendeiros e índios.

José Goulart Quirino, advogado da empresa Sattin S/A — Agropecuária e Imóveis, que move ação no Supremo Tribunal Federal alegando a propriedade de Sete Serras, área ocupada pelos índios guaranis caiovás, no Mato Grosso do Sul, defendeu o decreto e disse que “o governo constitucionalizou a demarcação de terras indígenas”. “Quem introduziu os índios lá é que deve tirá-los”, disse Goulart Quirino, ao ser questionado sobre se a empresa pediria a expulsão dos índios da área de 15 mil hectares reclamada pela Sattin.